

## O CONCEITO DE DEMOCRACIA ENTRE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS: UM ESTUDO DE CASO

### *THE CONCEPT OF DEMOCRACY AMONG UNIVERSITY STUDENTS: A CASE STUDY*

Recebido em: 20/08/2014  
Aprovado em: 08/03/2015

CARLOS A. K. HOFFMANN<sup>1</sup>

#### RESUMO

O objetivo deste artigo é avaliar o significado de democracia e seus valores entre estudantes universitários. A importância desse tema se dá em função da centralidade da política em nossa sociedade e de seu papel como fio garantidor da liberdade individual. A partir de uma coleta de dados, realizada por meio de questionários fechados com estudantes de Porto Alegre e Camaquã, no Rio Grande do Sul, analisou-se como os calouros do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e de Administração da Fundação de Ensino Superior da Região Centro-Sul (FUNDA-SUL) entendem o conceito, os valores e os princípios atinentes à democracia. Tal análise permitiu realizar uma avaliação crítica do tema, que traz o que os universitários, em seus grupos e no geral, entendem como valores democráticos, bem como sua maior aderência ao regime democrático em oposição à ditadura, além de sugestões de novas proposições de pesquisa a partir do tema em foco. **Palavras-chave:** Democracia; Política; Universitários; Porto Alegre; Camaquã.

#### ABSTRACT

*The purpose of this article is to evaluate the meaning of democracy and its values among college students. The importance of this issue is a function of the centrality of politics in our society and its role as guarantor of individual liberty. From a collection of data through closed questionnaires with students of Camaquã and Porto Alegre cities, in Rio Grande do Sul, was analyzed as how freshmen of Social Sciences course at UFRGS and Administration course at FUNDASUL understand the concept, values and principles relating to democracy. At the end, there is a critical review of the subject, which meant that university students in their groups and generally understand democratic values and its greater adherence to democratic rule in opposition to the dictatorship, as well as suggestions for further research propositions from the theme in focus. **Key-words:** Democracy; Politics; University students; Porto Alegre; Camaquã.*

---

<sup>1</sup> Especialista *lato sensu* em Gestão Pública Municipal pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e em Política e Sociedade pelo Centro Universitário Barão de Mauá (CUBM), Brasil. Atua como administrador, analista de sistemas e professor. E-mail: professor@carloshoffmann.com.br

## 1 Introdução

A globalização e a velocidade de mudança do mundo atual são visíveis até para quem não reflete sobre essas questões. Os acontecimentos sociais e políticos ao redor do mundo acontecem a partir de uma nova realidade interconectada e global, em que o indivíduo ganha importância devido ao seu pensamento e às conexões que estabelece. É nesse contexto que, segundo Schmidt (2001), forma-se o *homo politicus*.

Arendt (2004) cita que a política é uma necessidade imperiosa para a vida humana e para a sociedade, motivo pelo qual estudá-la se torna relevante. Nesse sentido, compreender como a sociedade entende o conceito de democracia é contribuir para o que Baquero (2011) define como cultura política. O relativismo das instituições políticas, relatado por Baquero (2011), aumenta a importância de se entender a cultura política no que se refere ao contexto social. Dessa forma, o tema da cultura política, segundo Fedozzi (2008), e sua relação com o regime político faz parte do pensamento político clássico, moderno e contemporâneo.

O indivíduo, em um contexto social, agrupa-se e se constitui. As “multidões inteligentes”, definição utilizada por Rheingold (apud UGARTE, 2008), surgidas a partir da nova ordem de movimentos sociais distribuídos, pensam e geram ideias a partir de valores, definindo crenças e produzindo ações. A esse respeito, Moisés (2010b) afirma que a democracia, cronologicamente, é um fenômeno político recente no Brasil, sendo esta uma razão suficientemente forte para pesquisar sobre o que pensam os cidadãos acerca do regime democrático. Tendo isso em vista, entender os conceitos sobre a democracia é entender o contexto e a cultura política a partir das pessoas, bem como seus valores, suas crenças e seus conceitos, valorizando o saber e o agir do ator social.

Nesse sentido, a atitude e o entendimento dos cidadãos acerca da democracia é de extrema importância, uma vez que:

Um regime democrático só está consolidado quando uma forte maioria da opinião pública acredita que os procedimentos e as instituições democráticas constituem o modo mais apropriado de governar a vida coletiva numa sociedade como a deles, e quando o apoio a alternativas anti-sistêmicas é pequeno ou isolado da atitude predominante entre as forças pró-democráticas (LINZ; STEPAN, 1996, p. 6).

Em um contexto de política como sinônimo de liberdade, conforme Arendt (2004), a democracia é o alicerce deste conceito. Na Grécia antiga, Platão (1955) já enfatizava a importância de os jovens adquirirem as qualidades humanas necessárias para o desenvolvimento de bons políticos, e Aristóteles (1950) preocupava-se em demonstrar a relevância de construir instituições espelhadas no caráter de sua população. Portanto, constructos tão centrais não podem ficar de fora de um debate sobre a cultura política.

As dificuldades que uma parte da população tem ao tentar definir o conceito de democracia são atreladas a pouca compreensão que tais pessoas possuem sobre o mundo da política, graças ao baixo interesse por ela, a pouca centralidade referente às diferentes dimensões do sistema político e, principalmente, ao baixo índice de escolarização ou de educação formal (NEUMAN, 1986). Moisés (2010b) cita, ainda, a partir de vários autores, que:

Em si mesmo, o conceito de democracia envolve diferentes conteúdos, formulados e articulados no longo processo histórico de sua formação, os quais resultaram na variedade de significações que ele tem hoje, mas, como é evidente, eles não se opõem ou se anulam. Não é tão simples, então, mesmo para os segmentos mais escolarizados, oferecer de pronto uma definição capaz de sintetizar as diversas significações que o conceito adquiriu ao longo de séculos de desenvolvimento da tradição democrática. Embora pesquisas anteriores te-

nham, às vezes, sugerido que existe um sentido comum na compreensão geral do termo pelo público, estudos recentes envolvendo países que se democratizaram nas últimas décadas mostraram que as compreensões do conceito de democracia variam bastante entre as nações e entre os seus públicos, sem envolver um padrão único ou completamente definido (BRATTON; MATTES; GYIMAH-BOADI, 2004; CAMP, 2001).

Assim, saber mais sobre o que a democracia significa e como é entendida pelos universitários porto-alegrenses e camaquenses contribui para a cultura política desse contexto e, também, para a contínua construção desse campo teórico, tão importante dentro da teoria geral das ciências políticas e sociais. Portanto, esta pesquisa se propõe a investigar as conceitualizações e valorizações dos estudantes universitários porto-alegrenses e camaquenses acerca da democracia a fim de entender o conceito exarado de forma coletiva nas manifestações dos indivíduos e confrontar as ideias surgidas com a literatura clássica. Isso permitirá, a partir de Moisés (2010b), avançar na comparação desses conceitos entre as distintas realidades dos grupos sociais.

Segundo Moisés (2010b), um dos autores da metodologia que o questionário aplicado nesta pesquisa teve como base, no Brasil, as pesquisas sobre cultura política, as opiniões e as ações quanto à democracia têm sido medidas normalmente por perguntas fechadas ou estruturadas que citam a palavra democracia. Ainda, segundo o mesmo autor (2010b, p. 280):

A alternativa mais comum usada no país (MOISÉS, 1995; MENEGUELLO, 2007) é a utilizada também na Europa e na América Latina (neste caso, pelo Consórcio Latinobarometro), e leva em conta a memória do público dos regimes autoritário e democrático com o objetivo de captar, ao mesmo tempo, a escolha por um deles ou a indiferença dos entrevista-

dos diante de alternativas que se referem a diferentes experiências históricas e legados político-culturais.

Dessa forma, para esta pesquisa, e como mostra Moisés (2010b), foram propostas questões fechadas que instigavam os entrevistados a dizer a que princípios, direitos e valores eles vinculavam a noção de democracia. A intenção, assim, foi testar, com a menção de elementos conceituais estruturados, a percepção dos estudantes quanto a diferentes dimensões do regime democrático. Segundo Moisés (1995), o apoio da sociedade à democracia no país, a partir do contexto de saída do regime autoritário na década de 1980, seria algo relevante para avaliar adequadamente, no que se refere às estratégias de consolidação, a formação da legitimidade democrática. Desse modo, conforme Moisés (1995; 2010b), é importante conhecer os conteúdos aos quais a população vincula o conceito de democracia e seus valores fundamentais.

A primeira cidade escolhida para a pesquisa é a capital de onde o Orçamento Participativo ganhou o mundo – Porto Alegre, situada no Estado do Rio Grande do Sul, cidade de 1.409.351 habitantes (IBGE, 2014) e sede da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) (universidade pública federal). A sua cultura política única, o seu histórico de construção cidadã e participativa e suas características sociais heterogêneas fazem com que esta seja uma escolha natural. Também foi escolhida a cidade de Camaquã, localizada ao sul do Rio Grande do Sul, com 62.764 habitantes e sede da Fundação de Ensino Superior da Região Centro-Sul (FUNDASUL) (faculdade privada). Esta cidade do interior é localizada na Serra do Sudeste (Centro-Sul do Estado do Rio Grande do Sul) e foi escolhida por ser de porte médio e não ter a mesma tradição de participação democrática que Porto Alegre, apresentando, portanto, um perfil cultural e populacional distinto.

O objetivo deste artigo consiste, assim, em avaliar o significado de democracia e seus valores entre estudantes universitários. Nesse sentido, busca-se, mais detalhadamente, avaliar a relação entre os entendimentos a serem encontrados e a literatura clássica sobre democracia e verificar como os participantes (estudantes da FUNDASUL, de Camaquã, e da UFRGS, de Porto Alegre) constroem o conceito de democracia a partir de um questionário com questões fechadas elaborados de acordo com o Latinobarómetro (2011) e com Moisés (2010b).

Para o intento já referido, o artigo apresenta, além desta introdução, o referencial teórico, o método de pesquisa, os resultados (subdivididos em perfil dos sujeitos investigados e em conceituações dos universitários porto-alegrenses (UFRGS) e camaquenses (FUNDASUL), as considerações finais e, por fim, o referencial bibliográfico.

## 2 Referencial teórico

A teoria acerca da democracia cresceu nas últimas décadas a partir da fartura de modelos teóricos distintos. Não há uma única teoria da democracia, mas sim teorias distintas (MARTINS, 1997). Para iniciar o debate, Schmidt (1996) sugeriu uma tipologia que distingue quatro grandes famílias de teorias da democracia: (1) teorias centradas nos processos; (2) teorias centradas nas instituições e formas de constituições democráticas; (3) teorias orientadas para a entrada (*input*) e saída (*output*), como resultado de síntese das três dimensões do político (forma, processo e conteúdo); (4) teorias centradas nos pressupostos funcionais da democracia e nas condições de transição para a democracia (MARTINS, 1997, p. 86).

De acordo com Sartori (1994), as democracias modernas dependem de três fatores: (1) poder limitado da maioria, (2) processos eleitorais e (3) transmissão do poder entre os representan-

tes políticos. Silva (2011) elabora duas premissas essenciais quanto ao conceito de democracia, ao afirmar, basicamente, que é imperativo ver a democracia como um conjunto sinérgico e integrado de peças e mecanismos que assim devem funcionar e também que como um sistema que se ampara sobre normas, regras e deontologia própria.

Etimologicamente, a palavra democracia, primeiramente utilizada no século V a.C. pelo historiador grego Heródoto, advém de *demos* (povo) e *kratein* (governar) (OUTHWAITE; BOTTOMORE, 1996), ou seja, o governo do povo, em que este é entendido como o princípio da maioria limitada (SCHUMPETER, 1961). Segundo Sartori (1994), a democracia representa um sistema vinculado ao princípio de que ninguém pode se autoproclamar governante, ninguém pode assumir em seu próprio nome um poder irrevogável e ninguém detém “propriedade” sobre o poder. Ainda acerca da doutrina clássica da democracia, Schumpeter (1961, p. 300) define que “o método democrático é o arranjo institucional para se chegar a certas decisões políticas que realizam o bem comum, cabendo ao próprio povo decidir, através da eleição de indivíduos que se reúnem para cumprir-lhe a vontade”. Schumpeter argumenta que:

Democracia significa apenas que o povo tem a oportunidade de aceitar ou recusar as pessoas designadas para governá-lo. Mas como o povo também pode decidir isso de maneira inteiramente não-democrática, temos de estreitar nossa definição, acrescentando mais um critério que defina o método democrático, ou seja, a livre competição entre líderes potenciais pelo voto do eleitorado. Ora, pode-se exprimir um aspecto dessa questão dizendo que a democracia é o controle sobre o político (SCHUMPETER, 1961, p. 355).

Pinto (2004, p. 37) coloca de forma pedagógica que um regime demo-

crático “existe onde existem eleições regulares, não fraudulentas, liberdade de expressão, imprensa livre e partidos políticos funcionando sem nenhum empecilho”, além do controle social por parte do cidadão. Já Gugliano (2004, p. 260), a partir da análise de um conjunto de autores, resume a democracia como “um regime ou sistema político baseado num conjunto de normas prescritas para governantes e eleitores que visam regulamentar a escolha dos segmentos que deverão, por período previamente acordado, gerir a estrutura do Estado”.

Vitullo (1999, p. 31) cita a democracia como o “único sistema legítimo de governo, em nome do qual todos governam”. Bobbio (1986, p. 84), por sua vez, reitera o caráter normativo da democracia, afirmando que “se entende por democracia como sendo um conjunto de regras [...] que permitem a mais ampla e mais segura participação da maioria dos cidadãos, seja na forma direta ou na forma indireta, nas decisões políticas, ou seja, nas decisões que interessam a toda a coletividade”. Morlino (1986) completa essa ideia, definindo democracia como um conjunto de estruturas e procedimentos, explícitos e determinados previamente, sobre a resolução pacífica dos conflitos recorrentes e contínuos. Já Ghanem (2004, p. 21) cita que:

A democracia é o reconhecimento desse processo político, de sua abertura e de sua transparência. Ela é necessária devido à pluralidade de interesses que se formam e à existência de conflitos insuperáveis de valores. A democracia é o meio político de salvaguardar a diversidade social e cultural dos membros da sociedade nacional ou local [...].

Em um contraponto, Dahl (1997) cria um conceito diferente, anterior qualitativamente ao de democracia, que chama de poliarquia. Por poliarquia o autor entende “os regimes relativamente democratizados, ou seja, dotados de caráter inclusivo e aberto à contestação

pública” (p. 31). Já o termo democracia, para ele, indica “um sistema político que tem, em suas características, a qualidade de ser inteiramente ou quase inteiramente ‘responsivo’”, atendendo às preferências de todos os seus cidadãos (p. 25-26). Dessa forma, democracia representa o ideal, o ápice, ao passo que o termo poliarquia se refere aos regimes democráticos reais que existem com todos os seus problemas práticos.

Conceitualmente, a democracia está dividida em duas vertentes: uma que postula a sua adoção como meio para legitimar a soberania popular e outra que afirma que a sua função maior é a de garantir a liberdade do debate político (TOURAINÉ, 1996). Segundo Gonçalves e Cândido (2010, p. 161), “ao legitimar direitos individuais, o sistema democrático contribui para o entendimento de que todos os cidadãos podem e devem participar das decisões da administração pública”. Dessa forma, em relação aos modelos de estruturação teórica da democracia, explicita-se aqui a vertente deliberativa, representativa e participativa.

O modelo de democracia deliberativa defendido por Habermas (1995 apud MARTINS, 1997) pressupõe uma imagem do Estado e da sociedade diferente dos modelos de referência com a visão centrada no Estado (modelo liberal e modelo republicano), favorecendo, assim, uma imagem descentrada da sociedade. O conceito de Habermas aponta para a necessidade de as instituições democráticas estarem de tal modo organizadas e estruturadas que o discurso argumentativo possa emergir como via de resolução dos conflitos provocados pelas rupturas e dificuldades de comunicação em uma comunidade em particular. As normas e decisões políticas só podem obter legitimidade se puderem ser questionadas e aceitas em um discurso de cidadãos livres e iguais e não a partir da soma das escolhas individuais dos cidadãos ou, no outro extremo, da “vontade geral” (MARTINS, 1997, p. 91). Ao pregar a democracia como uma



forma de promover justiça e inclusão, Young (2000) discorre sobre o conceito de democracia deliberativa:

No entendimento deliberativo da prática democrática, democracia não é apenas um meio pelo qual cidadãos podem promover seus interesses e colocar o poder dos governantes em xeque. Ela também significa uma forma coletiva de resolver os problemas, e que depende, para sua legitimação e bom andamento, da crítica de opiniões diversas de todos os setores da sociedade (YOUNG, 2000, p. 6).

Luchmann (2002, apresentação), diferenciando o conceito das formas elitistas e realistas, afirma que a “democracia deliberativa constitui-se como um modelo ou processo de deliberação política caracterizado por um conjunto de pressupostos teórico-normativos que incorporam a participação da sociedade civil na regulação da vida coletiva [...]” e que se ancora na ideia de que a legitimidade das decisões e ações políticas é resultado da discussão pública coletiva de cidadãos livres e iguais. Luchmann (2002, p. 1) afirma, ainda, que:

[...] a democracia deliberativa constitui-se como um modelo ou ideal de justificação do exercício do poder político pautado no debate público entre cidadãos livres e em condições iguais de participação. Diferente da democracia representativa, caracterizada por conferir a legitimidade do processo decisório ao resultado eleitoral, a democracia deliberativa advoga que a legitimidade das decisões políticas advém de processos de discussão que, orientados pelos princípios da inclusão, do pluralismo, da igualdade participativa, da autonomia e do bem-comum, conferem um reordenamento na lógica de poder tradicional.

Assim, a democracia representativa, em princípio, pode ser relacionada aos defensores da democracia como sinônimo de corrida eleitoral, mesmo

não havendo consenso acadêmico em relação a essa questão, conforme ilustra Ribeiro (2012) em sua pesquisa.

No que se refere aos locais onde a democracia deliberativa toma forma prática, Avritzer (2000) postula que estes seriam os fóruns, os conselhos e o orçamento participativo, no caso do Brasil; os Panchaiats, no caso da Índia; e os arranjos deliberativos que tratam das políticas ambientais, no caso dos Estados Unidos da América, já que eles partilham das três características principais para que a argumentação deliberativa ocorra: (1) designação de um espaço decisório por parte do Estado para que aconteça a participação pública e ampla; (2) socialização da informação pertencente aos atores sociais e que é importante para uma deliberação de governo; e (3) inovação institucional a partir da valorização da diversidade, experimentação e partilha de resultados.

Desse modo, Gutmann e Thompson (2007, p. 35) distinguem o conceito de deliberação do conceito de democracia deliberativa, afirmando que “a deliberação deve terminar em uma decisão, mas a democracia deliberativa não específica, por si só, um único processo para se chegar a uma decisão final. Ela deve se apoiar em outros processos, mais notavelmente no voto, que não são propriamente deliberativos”.

Como um contraponto, Luchmann (2002) posiciona-se criticamente contra o modelo deliberativo de democracia ao rever diversos autores que apontam para o fato de que o debate pautado na promoção da justiça social não é garantido pela simples participação dos cidadãos na esfera pública, devido ao risco de elitização participativa e/ou à falta do espírito em prol do interesse comum, gerados a partir de questões como a desigualdade social, cultural, educacional, organizacional e os interesses conflitantes, por exemplo.

Como um aperfeiçoamento do modelo democrático discursivo de Habermas (1995), a democracia participati-

va propõe-se a ser um modelo em que os cidadãos deliberem e controlem as políticas públicas juntamente com o Estado, já que os canais comunicativos, representados nos diferentes tipos de fóruns de participação popular, desembocam em um aprimoramento dos processos de decisão públicos e, portanto, fortalecem as novas bases para a legitimação das ações do Estado (GUGLIANO, 2004). Pinto (2004) resume democracia participativa como a participação direta da sociedade civil dentro do Estado.

A respeito das características de formação da democracia participativa, Gugliano (2004) elenca a necessidade de haver disposição dos governos em compartilhar com a sociedade civil os espaços de poder que correspondem ao Estado e de criar espaços de comunicação que articulem representantes da esfera estatal e da sociedade civil, com o objetivo de estabelecer um canal de mediação entre os diferentes atores sociais. Segundo Souza (2010), a democracia participativa tem como pilar de sustentação a defesa da participação direta dos cidadãos no processo de tomada de decisão.

A criação de espaços públicos próprios e a confluência entre os deveres do Estado e as demandas da população legitimam as ações do governo a partir do reconhecimento da sociedade, o que é viabilizado pela adoção de modelos de gestão baseados na democracia participativa e deliberativa. A partir dessa abertura de espaço para a participação das pessoas, o “poder público avança no sentido de estender à sociedade a responsabilidade de gerir políticas públicas condizentes com os problemas sociais causados, em tese, pelo distanciamento histórico entre os que produzem e os que se beneficiam das mesmas” (GONÇALVES; CÂNDIDO, 2010, p. 163). Já segundo Fedozzi (2008, p. 12), as experiências de democracia participativa vêm acontecendo no Brasil, em geral, “por meio de arranjos institucionais diferentes, seja quanto a divisão real do poder entre o Estado e

os atores da sociedade civil, seja quanto à amplitude da participação em termos de setores incluídos/excluídos e também quanto aos temas discutidos”. Gugliano (2004, p. 277) afirma que:

O principal ganho com este modelo participativo é a aproximação da democracia da vida cotidiana e sua inserção em novos espaços de convivências entre os cidadãos (o bairro, a escola, o clube, as moradias, etc.) que potencializam a discussão sobre a democratização de esferas extra-estatais.

Dessa forma, segundo Soares Balestero (2012), é importante a prática de mecanismos participativos por parte dos cidadãos, possibilitando a sua inclusão política calcada no agir comunicativo e nas características de constituição do político.

Criticamente, Pinto (2004) coloca em debate a atual fragilidade da democracia, ao afirmar que ela se encontra nesta situação porque não tem mais “inimigos”, não havendo, conseqüentemente, a necessidade de se doutrinar mais em seu favor, e, também, a crise de representatividade coletiva (e não individual, de cada pessoa), que faz com que os grupos sociais não se sintam representados devidamente pelos políticos. De qualquer forma, segundo Tavares (2006), essa ausência de inimigos não está relacionada à existência de um projeto único, de um consenso ou mesmo de uma teoria acabada de democracia. O que realmente acontece, a despeito da propalada “crise” da democracia, é o não entendimento por parte da academia acerca da transformação da configuração da representação política, introduzindo a mídia e novas formas de mediação no contexto democrático (LAVALLE; HOUTZAGER; CASTELLO, 2006).

De forma complementar, há a definição da democracia em referência à qualidade de seu conteúdo. Nesse sentido, segundo Moisés (2010b, p. 278-279):

No caso da democracia, espera-se que esse regime seja capaz de satis-

fazer as expectativas dos cidadãos quanto à missão que eles atribuem aos governos (qualidade de resultados); confia-se que ele assegurará aos cidadãos e às suas associações o gozo de amplas liberdades e de igualdade políticas necessárias para que possam alcançar suas aspirações ou interesses (qualidade de conteúdo); e conta-se que suas instituições permitirão, por meio de eleições e de mecanismos de *checks and balances*, que os cidadãos avaliem e julguem o desempenho de governos e de representantes (qualidade de procedimentos). Instituições e procedimentos são vistos, neste caso, como meios de realização de princípios, conteúdos e resultados esperados pela sociedade do processo político que envolve a governança democrática. Com base nos pressupostos anteriores, Diamond e Morlino (2004) identificaram oito dimensões segundo as quais a qualidade da democracia pode variar. As cinco primeiras correspondem a regras de procedimentos, embora também sejam relativas ao seu conteúdo: o primado da lei, a participação e a competição políticas, e as modalidades de *accountability* (vertical, social e horizontal); as duas seguintes são essencialmente substantivas: de um lado, o respeito por liberdades civis e os direitos políticos e, de outro, como consequência do anterior, a progressiva implementação da igualdade política e de seus correlatos, como a igualdade social e econômica; por último, é mencionado um atributo que integra procedimentos a conteúdos, ou seja, a responsividade de governos e dos representantes, por meio do que os cidadãos podem avaliar e julgar se as políticas públicas, assim como o funcionamento prático do regime (leis, instituições, procedimentos e estrutura de gastos públicos) correspondem aos seus interesses e preferências. Embora esta perspectiva defina a democracia fundamentalmente em termos dos seus princípios e conteúdos mais importantes, fica claro que ela integra procedimentos institucionais e conteúdos, sem deixar

de se referir aos resultados práticos do regime por meio do pressuposto de que a igualdade social e econômica pode ser alcançada se e quando a igualdade política seja efetiva.

Ainda, como uma ressalva acuatelatória, é necessário trazer à tona que, conforme Dalton, Shin e Jou (2007), a consolidação do regime democrático exige mais do que a importante definição do conceito de democracia, seus valores e princípios. Segundo Moisés (2010b, p. 302):

O funcionamento do sistema democrático, assim como a sua qualidade, exige o envolvimento público com as instituições e o acompanhamento dos cidadãos – através da mídia, de partidos e de associações da sociedade civil - do desempenho de governos e do poder público. No caso brasileiro, o paradoxo representado por níveis elevados de contínua desconfiança dos cidadãos das instituições políticas poderia se constituir em um fator desfavorável para isso, uma vez que a desconfiança está associada com os déficits de funcionamento das instituições democráticas.

Trazendo à tona os conceitos exarados e entendidos como mais adequados a esse contexto, a dificuldade de estabelecer um entendimento definitivo sobre o que é democracia persiste. A classificação das diversas correntes da teoria democrática não é única, e as diferenças entre as propostas de classificação já indicam a inexistência de um consenso (TAVARES, 2006). Para Miguel (2005, p. 12), “de fato, não há uma taxonomia ‘correta’ - elas são apenas menos ou mais úteis, de acordo com a contribuição que podem dar para a compreensão da teoria democrática”. Como colocam Tavares (2006), Ribeiro (2012) e Marques (2008), este artigo não tem o objetivo de escolher uma única abordagem de democracia de forma cabal, mas entende, finalmente, que “[...] a ideia de democracia é constituída por um conjun-



to de valores que ressaltam aspectos distintos, tais como transparência, visibilidade, liberdades políticas e participação” (MARQUES, 2008, p. 24).

### 3 Método

A pesquisa deste artigo é exploratória e contou com a aplicação de questionários fechados de autopreenchimento de forma presencial para 29 universitários de 1º semestre do curso de Ciências Sociais noturno da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e 13 universitários de 1º semestre do curso de Administração noturno da Fundação de Ensino Superior da Região Centro-Sul (FUNDASUL). Dessa forma, a unidade de análise é composta dos 29 estudantes da UFRGS, na cidade de Porto Alegre, RS, e dos 13 estudantes da FUNDASUL, na cidade de Camaquã, RS, totalizando 42 estudantes. A participação na pesquisa não tinha caráter obrigatório, motivo pelo qual houve variação entre os alunos totais e os respondentes – em cada universidade, foram abordados todos os alunos presentes em até três disciplinas diferentes, buscando alcançar o maior número de participantes possível.

O questionário aplicado aos estudantes universitários foi dividido em questões sociodemográficas (Cidade de Moradia, Sexo, Categoria Racial, Data de Nascimento, Se Exerce Atividade Remunerada e Faixa de Renda Familiar) e conceituais, utilizando Latinobarômetro (2011) e Moisés (2010b) como base para perguntas acerca do conceito de democracia e sua relação com valores pessoais. Ainda de acordo com Moisés (2010b, p. 280), ressalta-se que, “na tradição brasileira de estudos de cultura política, as opiniões e as atitudes quanto ao regime democrático têm sido medidas preferencialmente por estímulos nominais diretos, isto é, por perguntas fechadas ou estruturadas que mencionam a palavra democracia”.

A coleta de dados do questionário

foi feita entre 12/04/2014 e 25/04/2014, de forma presencial, via formulário impresso e diretamente a todos os alunos das turmas de 1º semestre pesquisadas. Foram escolhidas turmas de calouros em ambas as graduações como forma de evitar distorções e possibilitar comparações entre as instituições. Além disso, o critério de acessibilidade foi utilizado, sendo a FUNDASUL a instituição onde o pesquisador ministra aulas e a UFRGS a universidade onde é aluno.

A análise foi realizada por meio da técnica de análise estatística descritiva e permitiu evidenciar o que é valorizado pelos universitários pesquisados quando se fala em democracia.

### 4 Apresentação e discussão dos resultados

Tendo como esteio os questionários aplicados e recolhidos, diversos dados foram coletados e analisados, incluindo o perfil dos estudantes, as conceituações por universidade (UFRGS e FUNDASUL) e as inter-relações encontradas. Esses dados objetivam permitir um entendimento acerca dos grupos sociais dos estudantes e estabelecer alguma correlação possível para os conceitos, valores e princípios democráticos presentes na literatura em relação aos indivíduos pesquisados.

Na parte conceitual, com base em Latinobarômetro (2011), a primeira questão (“Com qual dessas três afirmações você concorda mais?”) visa identificar a tendência para a preferência de um regime democrático ou ditatorial, sendo facultada a indecisão por parte dos estudantes. Como respostas foram colocadas as seguintes alternativas: “A democracia é sempre melhor do que qualquer outra forma de governo”, “Em certas circunstâncias, é melhor uma ditadura do que um regime democrático”, “Tanto faz se o governo é uma democracia ou uma ditadura” e “Não Sabe/Não Declarado”.

Já para as questões fechadas posteriores, de cunho normativo e funcio-

nalista, elaboradas com base em Moisés (2010b), a efetividade da adesão à democracia transparece pelo estímulo aos entrevistados a dizer a que princípios, direitos e valores eles associavam a noção de democracia. Foram questionados, então, na seguinte ordem: “Você acha que a democracia tem a ver com direito de escolher o governo através de eleições?”, “Você acha que a democracia tem a ver com liberdades políticas de organização e expressão (sind., movimentos, etc.)?”, “Você acha que a democracia tem a ver com igualdade social?”, “Você acha que a democracia tem a ver com igualdade perante a lei?”, “Você acha que a democracia tem a ver com fiscalização do governo p/ Congresso e Tribunais de Justiça?”, “Você acha que a democracia tem a ver com menos corrupção e tráfico de influência?”, “Você acha que a democracia tem a ver com o Governo como provedor de saúde, emprego, educação, etc.”, “Você acha que a democracia tem a ver com igualdade de direitos p/ as mulheres?” e “Você acha que a democracia tem a ver com liberdade em questões morais e sexuais?”. Como alternativas a todas as questões, foram colocadas as opções: “Muito a ver”, “Tem a ver”, “Pouco a ver”, “Não tem a ver” e “Não Sabe/Não Declarado”.

Da mesma forma que no estudo de Moisés (2010b, p. 286), a intenção, com essas questões, foi a de “testar com a menção de elementos conceituais mais estruturados a percepção do público quanto a diferentes dimensões do regime democrático”.

Nas seções a seguir, são analisados de forma mais detalhada o perfil geral dos estudantes, as conceituações por universidade e as respectivas inter-relações entre os grupos de análise e a sociedade em geral.

#### 4.1 Perfil dos sujeitos investigados

Os alunos da UFRGS e da FUNDASUL são, majoritariamente de Porto Alegre (76%) e de Camaquã (69%), res-

pectivamente<sup>2</sup>, tendo respondido à pesquisa 42 estudantes, dos quais 20 são homens e 21 são mulheres (1 não declarado)<sup>3</sup>.

Em relação ao recorte racial, os respondentes são brancos (35 indivíduos – 85,50%), pretos (3 – 7,5%) e pardos (4 – 7%)<sup>4</sup>.

A faixa etária dos participantes ficou, em sua maioria, no âmbito de 18 a 25 anos (28 indivíduos – 67,50%), na faixa de até 17 anos (seis indivíduos – 12,50%) e de 26 a 30 anos (quatro indivíduos – 11%)<sup>5</sup>.

Quanto à questão de o acadêmico exercer atividade remunerada, grande parte dos estudantes a exercem (28 indivíduos – 72%), havendo boas diferenças entre as universidades, já que, na UFRGS, 59% (17 alunos) trabalham com remuneração, ao passo que esse índice é de 85% (11) na FUNDASUL. Nesse sentido, quanto à renda familiar dos estudantes, a grande concentração está na faixa de R\$1.734,01 a R\$7.475,00 (15 alunos na UFRGS – 52%, oito na FUNDASUL – 62%, totalizando 23 indivíduos) e de R\$1.085,01 a R\$1.734,00 (cinco alunos na UFRGS – 17%, e cinco na FUNDASUL – 38%, totalizando dez indivíduos)<sup>6</sup>.

A partir desses dados, objetivou-se explicitar o perfil dos acadêmicos entrevistados em geral e por curso/universidade, trazendo possibilidades de recortes epistemológicos e de análise para esta e futuras pesquisas. Nas repartições seguintes, analisam-se os conceitos sobre democracia em cada contexto específico.

2 UFRGS: Porto Alegre, 22 alunos, Viamão e Gravataí, 2; Canoas, Guaiaba e Esteio, 1. FUNDASUL: Camaquã, 9 alunos; Tapes, Arambaré, Dom Feliciano e Sertão Santana, 1. Fonte: dados da pesquisa.

3 UFRGS: Masculino/Homem (13 alunos, 45%), Feminino/Mulher (15, 52%), Outro (0, 0%) e Não Sabe/Não Declarado (1, 3%). FUNDASUL: Masculino/Homem (7 alunos, 54%), Feminino/Mulher (6, 46%), Outro (0, 0%) e Não Sabe/Não Declarado (0, 0%). Fonte: dados da pesquisa.

4 UFRGS: Branca (23 alunos, 79%), Preta (2, 7%), Parda (4, 14%), Amarela, Indígena e Não Sabe/Não Declarado (0, 0%). FUNDASUL: Branca (12 alunos, 92%), Preta (1, 8%), Parda, Amarela, Indígena e Não Sabe/Não Declarado (0, 0%).

5 UFRGS: De 0 a 17 anos (5 alunos, 17%), de 18 a 25 anos (19, 66%), de 26 a 30 anos (2, 7%), de 41 a 50 anos (2, 7%), de 51 a 60 anos (1, 3%) e de 31 a 40 e acima de 70 anos (0, 0%). FUNDASUL: De 0 a 17 anos (1 aluno, 8%), de 18 a 25 anos (9, 69%), de 26 a 30 anos (2, 15%), de 36 a 40 anos (1, 8%) e de 31 a 35 anos e de 41 até acima de 70 anos (0, 0%).

6 UFRGS: Acima de R\$9.745,00 (2 alunos, 7%), de R\$7.475,01 a R\$9.745,00 (3, 10%), de R\$0,00 a R\$1.085,00 (3, 10%) e Não Sabe/Não Declarado (1, 3%). FUNDASUL: Acima de R\$9.745,00, de R\$7.475,01 a R\$9.745,00, de R\$0,00 a R\$1.085,00 e Não Sabe/Não Declarado (0, 0%).

#### 4.2 As conceituações dos universitários porto-alegrenses (UFRGS) e camaquenses (FUNDASUL)

Com base nos dados coletados, diversas colocações podem ser feitas sobre o conceito de democracia entendido pelos estudantes da UFRGS. Para a primeira questão do eixo conceitual – “Com qual dessas três afirmações você concorda mais?” –, 79% (23) dos entrevistados acreditam que “a democracia é sempre melhor do que qualquer outra forma de governo”, 7% (dois) entendem que, “em certas circunstâncias, é melhor uma ditadura do que um regime democrático”, 3% (um) acredita que “tanto faz se o governo é uma democracia ou uma ditadura” e 10% (três) “não sabe/não declarado”. Esta pergunta busca identificar a tendência democrática/autocrática dos respondentes e a sua adesão aos respectivos regimes. Dessa forma, fica evidente que mais de  $\frac{3}{4}$  (79%) são favoráveis à democracia, contra 21% que defendem as outras opções.

Já na FUNDASUL, algumas conclusões podem ser obtidas sobre o conceito de democracia entendido pelos estudantes. Para a primeira questão do

eixo conceitual – “Com qual dessas três afirmações você concorda mais?” – 85% (11) dos entrevistados acreditam que “a democracia é sempre melhor do que qualquer outra forma de governo”, 0% (zero) entendem que, “em certas circunstâncias, é melhor uma ditadura do que um regime democrático”, 8% (um) acreditam “tanto faz se o governo é uma democracia ou uma ditadura” e outros 8% (um) “não sabe/não declarado”. Portanto, do mesmo modo, mais de  $\frac{3}{4}$  (85%) são favoráveis à democracia, contra 15% que defendem as outras opções. Neste caso, em comparação à outra universidade, há uma maior adesão à democracia (6% a mais), embora o valor não seja estatisticamente significativo tendo em vista a quantidade de pessoas pesquisadas.

Considerando-se ambas as universidades, fica reforçada a adesão à democracia, como apoio à primeira alternativa de resposta por 81% dos estudantes pesquisados. Ao comparar esses dados com um histórico de pesquisas analisadas por Moisés (2010b)<sup>7</sup>, ilustrado na Tabela 1, é possível identificar um crescente no apoio à democracia em detrimento da autocracia.

Tabela 1: Preferência por regime político no Brasil - resposta estimulada (%) – 1989-2014

	1989	1990	1993	1997	2006	2006	2014
Democracia	43,6	54,7	57,9	56,1	64,8	71,4	81
Ditadura	19,4	16,7	13,7	12,3	13,5	14,2	4,75
Indiferença	21,3	17,1	13,7	16,9	16,9	6,9	4,75
NS/NR	15,7	11,5	14,7	14,7	4,8	7,6	9,5

Fonte: dados de pesquisa, 2014 e Moises (2010b).

Como uma ressalva a essa comparação entre universos e públicos distintos, ressalta-se que o objetivo não era igualar e comparar objetivamente pesquisas com grupos sociais, amostras e públicos pesquisados distintos (eleitores em nível nacional *versus* estudantes universitários), mas apenas contribuir para o debate e ilustrar, de forma ex-

ploratória, alguma eventual discrepância ou tendência da população em geral frente aos grupos ora pesquisados.

Para as questões seguintes, baseadas em Moisés (2010b) e atinentes à efetividade da aderência à democracia, houve uma diversidade de respostas entre as questões e as universidades, conforme ilustrado na Tabela 2, para os

<sup>7</sup> De forma geral, as pesquisas de Moisés foram baseadas em *surveys* nacionais, em área urbana e rural, realizados por amostragem estratificada, com sorteio aleatório, sendo o conjunto do eleitorado do país tomado como universo.

universitários da UFRGS; na Tabela 3, para os da FUNDASUL; na Tabela 4, para o percentual agregado; na Tabela 5, para as diferenças entre dados de 2014 e 2006; e; na Tabela 6, para as diferenças entre as universidades.

Tabela 2: Conteúdos associados com a democracia - resposta estimulada (%) – UFRGS

<b>Você acha que a democracia tem a ver com</b>	<b>UFRGS</b>				
	Muito a ver	Tem a ver	Pouco a ver	Não tem a ver	NS/NR
Direito de escolher o governo através de eleições	38	41	14	7	0
Liberdades políticas de organização e expressão (sind., movimentos, etc.)	52	41	3	3	0
Igualdade social	34	41	17	7	0
Igualdade perante a lei	45	21	28	7	0
Fiscalização do governo pelo Congresso e Tribunais de Justiça	24	31	17	14	14
Menos corrupção e tráfico de influência	17	28	34	21	0
Governo como provedor de saúde, emprego, educação, etc.	24	24	28	21	3
Igualdade de direitos para as mulheres	52	28	17	3	0
Liberdade em questões morais e sexuais	52	28	17	3	0

Fonte: dados de pesquisa, 2014.

Tabela 3: Conteúdos associados com a democracia - resposta estimulada (%) – FUNDASUL

<b>Você acha que a democracia tem a ver com</b>	<b>FUNDA-SUL</b>				
	Muito a ver	Tem a ver	Pouco a ver	Não tem a ver	NS/NR
Direito de escolher o governo através de eleições	31	69	0	0	0
Liberdades políticas de organização e expressão (sind., movimentos, etc.)	38	54	0	8	0
Igualdade social	23	46	31	0	0
Igualdade perante a lei	31	54	15	0	0
Fiscalização do governo pelo Congresso e Tribunais de Justiça	8	62	15	8	8
Menos corrupção e tráfico de influência	15	31	46	0	8
Governo como provedor de saúde, emprego, educação, etc.	38	31	23	8	0
Igualdade de direitos para as mulheres	31	46	15	8	0
Liberdade em questões morais e sexuais	31	38	23	8	0

Fonte: dados de pesquisa, 2014.



Tabela 4: Conteúdos associados com a democracia - resposta estimulada (%) – TOTAL

Você acha que a democracia tem a ver com	TOTAL				
	Muito a ver	Tem a ver	Pouco a ver	Não tem a ver	NS/NR
Direito de escolher o governo através de eleições	36	26	10	5	0
Liberdades políticas de organização e expressão (sind., movimentos, etc.)	48	45	2	5	0
Igualdade social	31	43	21	5	0
Igualdade perante a lei	40	31	24	5	0
Fiscalização do governo pelo Congresso e Tribunais de Justiça	19	40	17	12	12
Menos corrupção e tráfico de influência	17	29	38	14	2
Governo como provedor de saúde, emprego, educação, etc.	29	26	26	17	2
Igualdade de direitos para as mulheres	45	33	17	5	2
Liberdade em questões morais e sexuais	45	31	19	5	0

Fonte: dados de pesquisa, 2014.

Preliminarmente, o estudo de Moisés (2010b) sugere algumas reflexões que servem para este estudo, já que, a partir de quase vinte anos de estudos em análise, os brasileiros confirmam uma crescente adesão à democracia, ao combinarem o conceito normativo da democracia com outro de natureza pragmático, mais atrelado à função das instituições. Moisés (2010b) coloca ainda que:

As definições de democracia dos brasileiros são influenciadas por alguns valores da cultura política e por sua percepção a respeito do desempenho das instituições, mas chama a atenção que, incluídas nos modelos de análise, as variáveis de avaliação do desempenho da economia e do governo do dia não se mostrem importantes para explicar as respostas dos entrevistados. As definições envolvendo as duas dimensões mais importantes do conceito de democracia - liberdades e procedimentos - são determinadas basicamente por valores e outros fatores políticos, como a avaliação da situação da corrupção e das instituições em geral, a escolaridade e a influência das informações transmitidas pela mídia.

Da perspectiva da abordagem da qualidade da democracia isso significa que, no Brasil, a democracia é vista sim como expressão de procedimentos institucionais – a exemplo da participação em eleições, mas ao mesmo tempo como uma construção referida também a princípios e valores do regime, como as liberdades, que distinguem claramente o processo democrático das alternativas autoritárias (MOISÉS, 2010b, p. 302).

Em termos gerais, houve diferenças entre as opiniões dos diferentes grupos. É importante ilustrar que, assim como no estudo base (MOISÉS, 2010b), as questões buscavam trazer respostas sobre os conceitos democráticos (funcionalista) e sobre aspectos relativos à qualidade desta democracia (liberdades). Da mesma forma que em Moisés (2010b), os indicadores encontrados demonstram como os cidadãos definem o regime democrático quando são estimulados a fazer isso.

Ao comparar os resultados desta pesquisa com os de Moisés (2010b), que trouxe dados de estudos ao longo de 20 anos (1993 e 2006), algumas diferenças foram notadas. Em Moisés (2010b), a

grande maioria das respostas dos entrevistados acerca das liberdades e dos procedimentos do regime foram influenciadas, dentre outras coisas, por valores políticos, como a rejeição de alternativas autoritárias, o reconhecimento do papel das instituições de representação, o interesse pela vida pública e a participação

política. Nesta pesquisa, com o somatório dos universitários, houve a mesma tendência, porém com menor radicalidade, gerando menor concentração em quase todas as questões no quesito “Muito a ver” e uma maior centralização nos conceitos “Tem a ver” e “Pouco a ver”, conforme Tabela 5.

Tabela 5: Conteúdos associados com a democracia - resposta estimulada (%) – diferenças entre dados de 2014 e 2006

Você acha que a democracia tem a ver com	DIFERENÇA (2014-2006)				
	Muito a ver	Tem a ver	Pouco a ver	Não tem a ver	NS/NR
Direito de escolher o governo através de eleições	-21,89	-5,71	5,82	-0,14	-1,90
Liberdades políticas de organização e expressão (sind., movimentos, etc.)	-0,58	10,14	-4,92	-1,14	-3,50
Igualdade social	-19,85	12,16	13,03	-2,24	-3,00
Igualdade perante a lei	-11,42	1,25	15,21	-2,04	-2,90
Fiscalização do governo pelo Congresso e Tribunais de Justiça	-25,95	8,48	6,07	4,10	7,30
Menos corrupção e tráfico de influência	-23,63	-2,63	27,60	0,49	-1,82
Governo como provedor de saúde, emprego, educação, etc.	-27,03	-6,11	20,89	12,27	0,08
Igualdade de direitos para as mulheres	-8,76	0,83	10,47	-0,04	-0,12
Liberdade em questões morais e sexuais	0,94	-2,45	9,65	-3,74	-4,40

Fonte: dados de pesquisa, 2014 e Moises (2010b)

O que chama a atenção são as diferenças entre o “Muito a ver”, acima de 23%, o “Tem a ver” e o “Pouco a ver” em questões que refletem a institucionalidade da democracia (“Fiscalização do governo pelo Congresso e Tribunais de Justiça”, “Governo como provedor de saúde, emprego, educação, etc.” e “Menos corrupção e tráfico de influência”). No contexto atual, essa variação pode se dever à insatisfação do povo a partir da volta da inflação, dos protestos de 2013 e da realização da Copa do Mundo no país em 2014. Também pode ter relação com o maior nível informacional e cultural dos universitários frente ao todo da população, gerando maior criticidade quanto à política e às questões democráticas.

Já para as questões de direitos e igualdade (“Igualdade social”, “Igualdade perante a lei” e “Igualdade de direitos para as mulheres”), há uma variação de até 20% entre as pesquisas, no quesito “Muito a ver”. Entretanto, é possível acreditar que é uma variação estatística gerada em função do menor número de entrevistados ou em função do perfil dos entrevistados, em especial no que diz respeito ao nível educacional e de renda.

Por fim, para a questão eleitoral (“Direito de escolher o governo através de eleições”), de uma vertente institucional e de direitos, é significativa a diferença de quase 22% negativos no quesito “Muito a ver”, já que pode demonstrar uma fragilidade da ideia do

voto pelo povo no contexto democrático. Entende-se que isso pode não indicar necessariamente que a autocracia é a preferência, já que, conforme perguntado, a grande maioria acredita que “a democracia é sempre melhor do que qualquer outra forma de governo”; entretanto, tal fato pode estar ligado a um descrédito na via eleitoral e na classe política, ou seja, na democracia representativa, como alternativa de construção do bem-estar individual e social.

Já ao fazer o confronto dos dados entre as universidades, houve algumas diferenças em percentuais bem significati-

vas, a depender da opção de resposta e da pergunta respondida. Os dados, conforme Tabela 6, no geral, também ilustraram a tendência de os alunos da UFRGS responderem mais “Muito a ver” e “Não tem a ver” em relação aos da FUNDASUL. Isso indica uma maior “radicalidade” dos estudantes da universidade pública em comparação a uma maior “centralidade” democrática (em relação a valores e instrumentos) dos alunos da universidade privada do interior. Tal situação poderia indicar, ainda, um viés político-ideológico diferenciado entre os grupos sociais estudados de cada instituição.

Tabela 6: Conteúdos associados com a democracia - resposta estimulada (%) – diferenças entre universidades

Você acha que a democracia tem a ver com	DIFERENÇA (UFRGS X FUNDASUL)				
	Muito a ver	Tem a ver	Pouco a ver	Não tem a ver	NS/NR
Direito de escolher o governo através de eleições	-7,00	28,00	-14,00	-7,00	0,00
Liberdades políticas de organização e expressão (sind., movimentos, etc.)	-14,00	13,00	-3,00	5,00	0,00
Igualdade social	-11,00	5,00	14,00	-7,00	0,00
Igualdade perante a lei	-14,00	33,00	-13,00	-7,00	0,00
Fiscalização do governo pelo Congresso e Tribunais de Justiça	-16,00	31,00	-2,00	-6,00	-6,00
Menos corrupção e tráfico de influência	-2,00	3,00	12,00	-21,00	8,00
Governo como provedor de saúde, emprego, educação, etc.	14,00	7,00	-5,00	-13,00	-3,00
Igualdade de direitos para as mulheres	-21,00	18,00	-2,00	5,00	0,00
Liberdade em questões morais e sexuais	-21,00	10,00	6,00	5,00	0,00

Fonte: dados de pesquisa, 2014.

Interessa destacar, ainda, que, apenas na questão institucional de concordar que a democracia tem a ver com o governo ser provedor de saúde, emprego e educação, os alunos da capital responderam menos “Muito a ver” (em migração provável para o “Não tem a ver”) em relação aos alunos da FUNDASUL. Essa perspectiva pode indicar uma resistência dos alunos federais para o conceito de Estado como centralizador de políticas públicas.

Os resultados alcançados neste estudo vão ao encontro do que foi encontrado por Amorim e Dias (2012), ao

afirmarem que, “do ponto de vista da institucionalidade política, a qualidade da democracia no Brasil tem sido avaliada positivamente, mas do ponto de vista dos seus conteúdos e da efetividade de seus resultados, a democracia ainda não alcançou medidas qualitativas mais substantivas”. Neste caso, a qualidade citada pelas autoras, para a análise desta pesquisa, está mais ligada à preferência pelo regime democrático em detrimento do autoritário e ao direito às eleições livres e regulares.

Também é importante vislumbrar, a partir das respostas a esta pes-

quiza, o que Norris (1999) chamou de cidadãos críticos, ao analisar casos de democracias consolidadas. Embora os estudantes tenham referendado a democracia como uma via preferencial, legitimando-a, não se mantiveram alheios aos seus problemas estruturais e de qualidade, traduzidos a partir de respostas não assertivas às questões sobre os conteúdos da democracia.

De modo geral, os dados alertam para uma mudança acerca do pensamento democrático. Esse indicativo pode, obviamente, ser um viés dos grupos selecionados para a pesquisa, os universitários, mas também pode apontar uma tendência da população em geral, em virtude do possível maior esclarecimento médio dos estudantes em relação ao todo.

### 5 Considerações finais

A partir do contexto analisado, diversas colocações podem ser feitas acerca dos princípios, valores e conceitos sobre a democracia no contexto universitário pesquisado. Em comparação a Moisés (2010b), conclusões diferentes foram alcançadas neste estudo ao analisar o público estudantil da UFRGS e da FUNDASUL, com a ressalva do tamanho da amostra, dos públicos pesquisados e das metodologias utilizadas. Entretanto, a concordância geral nesta pesquisa e no estudo de Moisés (2010b), utilizando-se de Latinobarómetro (2011), diz respeito ao fato de que a aderência dos cidadãos ao regime despótico/ditatorial é rejeitada por mais de 80% do público, negando opções como a volta dos militares ao poder ou o estabelecimento de um sistema de partido único. Nesse quesito, há um indicativo de tendência histórica de crescimento do apoio à democracia, mesmo em comparação com a sociedade em geral e levando-se em conta as devidas limitações metodológicas.

De qualquer forma, a comparação realizada neste estudo é entre a Universidade Federal do Rio Grande do

Sul (UFRGS) e a Fundação de Ensino Superior da Região Centro-Sul (FUNDASUL), a fim de ressaltar a dicotomia “pública x privada” e a diferença entre os cursos escolhidos, mantendo a igualdade de semestre (entrância), conforme ilustrado na metodologia. Neste caso, foram encontradas diferenças nos resultados colhidos no que se refere a uma tendência mais radical ou central perante aos valores e princípios democráticos de acordo com os grupos estudados. De modo geral, não se observou uma rejeição aos valores e princípios democráticos, mas um aumento da criticidade em relação ao modo como o regime democrático está estabelecido e gera seus frutos para a sociedade.

Como uma proposição de pesquisa, com base no exposto neste artigo, há de se trabalhar, primeiramente, na ampliação do público pesquisado, buscando diluir diferenças setoriais e aumentar a assertividade da pesquisa. Também pode ser trabalhado o conceito de democracia de forma aberta, analisando as representações sociais decorrentes. Ainda, pode-se atuar no entendimento mais profundo de como grupos sociais distintos entendem o conceito democrático e de que modo isso interfere na construção do conceito por outros grupos, dentre outras questões pertinentes. Por fim, mas não como única última opção, há a proposta de se entender de que forma o conceito do regime democrático de servidores públicos interfere na qualidade e na prestação de serviço para a população e, conseqüentemente, nos valores e entendimentos percebidos pela própria população.

Dado o exposto neste artigo, espera-se que este seja uma referência teórica inicial e que estimule futuras investigações nesta área da ciência política.



## Referências

1. AMORIM, M. S. S. de; DIAS, R. R. Dimensões teóricas e práticas da qualidade da democracia. **Revista Debates**, Porto Alegre, v.6 n.3, p. 79-96, set.-dez. 2012.
2. ARENDT, H. **O que é política?** Rio de Janeiro: Bertrand, 2004.
3. ARISTÓTELES. **A política**. 3. ed. São Paulo: Atena, 1950.
4. AVRITZER, L. Teoria democrática e deliberação pública. **Lua Nova** [online], n.50, p. 25-46, 2000.
5. BAQUERO, M. A cultura política na agenda da democratização na América latina. In: BAQUERO, Marcello (Org). **Cultura(s) política(s) e democracia no século XXI na América Latina**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.
6. BOBBIO, N. **¿Qué socialismo?** Barcelona: Plaza & Janés, 1986.
7. \_\_\_\_\_. **O Futuro da Democracia**. 8. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
8. DAHL, R. A. **Poliarquia: Participação e Oposição**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.
9. \_\_\_\_\_. **Sobre a democracia**. Brasília: UNB, 2009.
10. DALTON, R. J.; SHIN, D. C.; JOU, W. Understanding democracy: data from unlikely places. **Journal of Democracy**, v. 18, n. 4, p. 142-156, 2007.
11. FEDOZZI, L. **O Eu e os Outros: participação e transformação da consciência moral e cidadania**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2008.
12. GHANEM, E. **Educação escolar e democracia no Brasil**. Belo Horizonte: Autentica / Ação Educativa, 2004.
13. GONÇALVES, G. A. da C; CÂNDIDO, G. A. Democracia deliberativa e gestão de políticas públicas: a experiência do orçamento participativo no município de Campina Grande – PB. **Ariús**, Campina Grande, v. 16, n. 1/2, p. 158 - 171, jan./dez. 2010.
14. GUGLIANO, A. A. Democracia, participação e deliberação. Contribuições ao debate sobre possíveis transformações na esfera democrática. **Civitas**, v. 4, n. 2, p. 257-283, Porto Alegre: jul-dez. 2004.
15. GUTMANN, A.; THOMPSON, D. O que significa democracia deliberativa. Tradutor: Bruno Oliveira Maciel; revisor técnico: Pedro Buck. **Revista Brasileira de Estudos Constitucionais - RBEC**, Belo Horizonte, ano 1, n. 1, p. 17-78, 2007.
16. HABERMAS, J. Três modelos normativos de democracia. **Lua Nova** [online], n.36, pp. 39-53, 1995.
17. IBGE. **Porto Alegre**, 2010. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/232N8>>. Acesso em: 31 de mar. 2014.
18. \_\_\_\_\_. **Porto Alegre**, 2010. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/53O>>. Acesso em: 31 de mar. 2014b.
19. LATINOBARÓMETRO. **Cuestionario 2011, 2011**. Disponível em: <<http://www.latinobarometro.org/lat-Contents.jsp>>. Acesso em: 07 abr. 2014.
20. LAVALLE, A. G.; HOUTZAGER, P. P.; CASTELLO, G. Democracia, pluralização da representação e sociedade civil. **Lua Nova**, São Paulo, n. 67, p. 49-103, 2006.
21. LINZ, J. J.; STEPAN, A. **Problems of Democratic Transition and Consolidation**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1996.
22. LUCHMANN, L. H. H. Democracia deliberativa: sociedade civil, esfera pública e institucionalidade. **PPGSP/UFSC, Cadernos de Pesquisa**, nº. 33, Novembro 2002.
23. MARQUES, F. P. J. A. Participação política e internet: meios e oportunidades digitais de participação civil na democracia contemporânea, com um estu-

- do de caso do estado brasileiro. **Tese de doutorado**. UFBA, BAHIA, 2008.
24. MARTINS, A. M. Teorias da Democracia. **Revista Filosófica de Coimbra**, n.º 11, p. 85-100, 1997.
25. MIGUEL, L. F. **Teoria democrática atual: esboço de mapeamento**. BIB, São Paulo. n.º 59, p. 5-42, 1.º semestre de 2005.
26. MOISÉS, J. Á. **Os Brasileiros e a Democracia: bases sócio-políticas da legitimidade democrática**. São Paulo: Editora Ática, 1995.
27. MOISÉS, J. Á. (Org.) **Democracia e Confiança: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas?** São Paulo: Edusp, 2010.
28. \_\_\_\_\_. Os significados da democracia segundo os brasileiros. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 16, n.º 2, p.269-309, Novembro, 2010b.
29. MORLINO, L. Consolidación democrática: Definición, modelos, hipótesis. **Revista Española de Investigaciones Sociológicas**, n. 35, p. 7-61, Jul. - Sep., 1986.
30. NEUMAN, W. R. **The Paradox of Mass Politics**. Cambridge: Harvard University Press, 1986.
31. NORRIS, P. (Org.). **Critical Citizens: Global Support for Democratic Government**. Oxford: Oxford University Press, 1999.
32. OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. (Eds.). **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.
33. PINTO, C. R. J. **Teorias da Democracia: diferenças e identidades na contemporaneidade**. 1. ed. Porto Alegre: EDIPUC, 2004.
34. PLATÃO. **A república**. 5. Ed. São Paulo: Atena, 1955.
35. RIBEIRO, M. M. **As relações entre governo e sociedade civil através da web: modelos de relacionamento na esfera pública virtual**. 2012. 170f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) - São Paulo, FGV: Escola de Administração de Empresas de São Paulo, 2012.
36. SANTOS, B. de S. (ed.). **Democratizar a Democracia: Os Caminhos da Democracia Participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
37. SARTORI, G. **A teoria da democracia revisitada: o debate contemporâneo**. v. 1, [s. l.], Editora Ática, 1994.
38. SCHMIDT, M. G. Der Januskopf der Transformationsperiode. Kontinuität und Wandel der Demokratietheorien. **Serientitel: Politische Vierteljahresschrift**, Sonderheft 26, p. 186-187, 1996.
39. SCHMIDT, J. P. **Juventude e política no Brasil: a socialização política dos jovens na virada do milênio**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.
40. SCHUMPETER, J. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
41. SILVA, S. P. Exigências democráticas e dimensões analíticas para a interface digital do Estado. In: Rousiley Celi Moreira Maia; Wilson Gomes; Francisco Paulo Jamil Almeida Marques. (Org.). **Internet e participação política no Brasil**. p. 123-146, Porto Alegre: Sulina, 2011.
42. SOARES BALESTERO, G. **O resgate da democracia participativa e deliberativa como mecanismo legitimador do exercício dos poderes estatais**. 2012. 252f. Dissertação (Mestrado em Constitucionalismo e Democracia) - Faculdade de Direito do Sul de Minas. Programa de Pós-graduação, Pouso Alegre – MG, 2012.
43. SOUZA, L. da C. Democracia: representativa, deliberativa ou participativa? O espaço dos conselhos neste debate. **Saber Acadêmico**. n.º 10, Dez. 2010.
44. TAVARES, P. de T. S. **Os modelos**

**de participação popular no estado do Rio Grande do Sul:** as experiências do orçamento participativo (OP) e do processo de participação popular (PPP). Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, 2006.

45. TOCQUEVILLE, A. **A democracia na América.** 3. Ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987.

46. TOURAINE, A. **O que é democracia.** São Paulo: Brasiliense, 1996.

47. UGARTE, D. de. **O Poder das Redes:** manual ilustrado para pessoas, organizações e empresas, chamadas a praticar o ciberativismo. 1.ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

48. VITULLO, G. E. Saindo do marasmo acadêmico: reflexões sobre cultura política e as teorias da democracia participativa. **In:** BAQUERO, Marcello (org) Desafios da democratização na América Latina. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS; Centro Universitário La Salle, 1999.

49. YOUNG, I. **Inclusion and democracy.** Oxford: Oxford University Press, 2000.